

PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA PRODUÇÃO DE LAVOURAS TEMPORÁRIAS E PERMANENTES: BRASIL EM 2006 E 2017

Janete Stoffel
Fernando Cézar de Macedo

GRUPO DE TRABALHO: GT4: Desenvolvimento rural, alimentação e consumo sustentável:

RESUMO

Este estudo analisa a evolução da participação da agricultura familiar na produção de lavouras temporárias e permanentes no Brasil, utilizando dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017. A pesquisa evidencia a crescente concentração da produção agrícola brasileira em commodities como soja, milho e arroz, que representam 92,6% da estimativa de produção e 87,7% da área colhida 2025, segundo o IBGE (2025). Esta especialização produtiva impacta diretamente a oferta e diversidade de alimentos disponíveis à população, contribuindo para o aumento dos preços e a insegurança alimentar. Os resultados demonstram que, embora a agricultura familiar detenha 77% dos estabelecimentos agropecuários e ocupe 67% da mão de obra rural, sua participação na produção de culturas alimentares tradicionais tem diminuído, enquanto aumenta sua inserção em culturas comerciais como a soja. Esta transformação estrutural reflete o processo histórico de modernização conservadora da agricultura brasileira e a consolidação do agronegócio como modelo dominante, resultando em desafios para a segurança alimentar nacional. O estudo aponta a necessidade de políticas públicas específicas que reconheçam a heterogeneidade da agricultura familiar e fortaleçam sua capacidade de produzir alimentos diversificados, contribuindo para um sistema agroalimentar mais equilibrado e sustentável.

Palavras-chave: Produção familiar; Agricultura. Segurança alimentar; Agronegócio; Censos Agropecuários.

1 INTRODUÇÃO

O Levantamento Sistemático de Produção Agrícola de março de 2025 estima que a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas no Brasil deve totalizar 327,6 milhões de toneladas, em uma área de 81 milhões de hectares. Arroz, milho e soja representam 92,6% da estimativa de produção e 87,7% da área a ser colhida (IBGE, 2025b), evidenciando a especialização e concentração produtiva do campo brasileiro, o que impacta diretamente na oferta e diversidade de alimentos disponíveis à população.

Esta realidade reflete-se na pesquisa do Datafolha (2025), que aponta que 58% dos brasileiros reduziram a quantidade de alimentos que costumam comprar, com maior impacto sobre famílias com rendas mensais de até 2 salários-mínimos. O aumento nos preços dos alimentos, especialmente aqueles da cesta básica, tem ocupado espaço relevante nos debates teóricos, econômicos e políticos neste início de 2025.

Compreender as crises relacionadas a alimentos básicos, como arroz, feijão e mandioca, exige ir além da mera análise de desequilíbrio entre oferta e demanda, aprofundando a investigação sobre os fatores

determinantes que influenciam cada aspecto. O Brasil ilustra um paradoxo notável: apesar de ser um dos maiores produtores e exportadores de alimentos do mundo, enfrenta desafios significativos de fome e insegurança alimentar (Maciel, Troian, e Oliveira, 2022). A dinâmica da demanda é complexamente ligada a variáveis como renda, preços e elasticidade de substituição, enquanto a oferta é influenciada intrinsecamente pela estrutura produtiva, volume e destino da produção. Esta configuração, particularmente no que tange à oferta, foi moldada pela evolução histórica da agricultura brasileira, desde o processo de modernização até a consolidação, no século XXI, de um modelo de agronegócio focado na exportação de commodities, o que, apesar de impulsionar as vendas externas, reduziu o espaço para a produção diversificada de alimentos e impactou a segurança alimentar interna.

Analisando a estrutura produtiva, é possível caracterizar os produtores do campo brasileiro, identificando se atuam em grande ou pequena escala, se pertencem ao agronegócio ou à agricultura familiar. Neste sentido, cabe observar os efeitos da modernização agrícola do final do século XX que, no início do século XXI, resultou na formação da economia do agronegócio, na qual os agricultores familiares ocupam menor espaço no acesso ao crédito, à assistência técnica, aos mercados consumidores e às políticas públicas.

Neste contexto, esta pesquisa investiga como evoluiu a participação da agricultura familiar na produção de culturas de lavouras temporárias e permanentes, com base nos Censos Agropecuários (CA) de 2006 e 2017. Embora sejam datas aparentemente distantes de 2025, os resultados, aliados às transformações promovidas desde a segunda metade do século XX, permitem compreender as raízes estruturais dos aumentos de preços dos alimentos que enfrentamos atualmente.

A apresentação dos resultados é realizada em seis seções incluída a introdução. Na metodologia consta como a pesquisa foi realizada; na revisão bibliográfica, as referências que guiam o texto; nos resultados estão as descrições e análises dos dados levantados. Por fim estão as considerações finais seguidas pelas referências utilizadas no texto.

2 METODOLOGIA

Este artigo busca efetuar uma análise da estrutura produtiva da agricultura familiar com base na evolução da produção de lavouras temporárias e permanentes de culturas alimentares, para a qual foram utilizados os dados dos CA de 2006 e 2017¹ para os dois tipos de uso do solo. Os produtos analisados estão, direta ou indiretamente, relacionados à alimentação, tendo sido adotados critérios para a seleção das culturas que foram analisadas.

Os dados referentes às lavouras permanentes foram obtidos dos Censos Agropecuários do IBGE de 2006 (Tabela 2518 com 65 culturas iniciais) e 2017 (Tabela 6956 com 70 culturas iniciais), acessados via Sidra (Sistema IBGE de Recuperação Automática). Para a análise foram removidas mudas, toletes (no caso de 2017) e culturas

¹ Houve mudanças metodológicas entre os Censos Agropecuários de 2006 e 2017, incluindo método de coleta (presencial vs. dispositivos móveis), identificação da agricultura familiar (critérios gerais vs. algoritmo baseado na Lei nº 11.326/2006) e período de referência (ano civil vs. 1º out. a 30 set.) (Delgrossi, 2019).

não destinadas diretamente ao consumo humano. Adicionalmente, foram desconsideradas todas as culturas cuja quantidade produzida nacionalmente no ano de 2017 foi inferior a 5 mil toneladas.

Este processo resultou na identificação de 27 culturas permanentes para estudo, cujas quantidades produzidas são informadas em toneladas, com a exceção do coco-da-baía, quantificado em mil frutos. As culturas analisadas foram abacate, açaí (fruto), acerola, ameixa, banana, cacau (amêndoa), café arábica em grão (verde), café canephora (robusta, conilon) em grão (verde), caju (castanha), caju (fruto), caqui, dendê (coco), goiaba, laranja, limão, maçã, manga, mamão, maracujá, palmito, pêssego, tangerina/bergamota/mexerica, uva (mesa), uva (vinho ou suco), pupunha (cachos frutos), cupuaçu e coco-da-baía.

Para as lavouras temporárias, os dados foram extraídos dos Censos Agropecuários do IBGE de 2006 (Tabela 2237) e 2017 (Tabela 6957), acessados via Sidra, que inicialmente contemplavam 52 e 54 culturas/produtos, respectivamente. Foram excluídas as sementes, toletes de cana-de-açúcar, culturas não diretamente relacionadas à alimentação humana e aquelas para as quais não havia informações nos dois anos. Especificamente para o censo de 2017, um critério adicional foi a exclusão de culturas com produção nacional inferior a 5 mil toneladas.

O resultado do processo foi a seleção de 20 culturas temporárias para análise, principalmente grãos e tubérculos, com as quantidades produzidas informadas em toneladas, exceto para o abacaxi, cujos dados são fornecidos em mil frutos. Assim, os produtos analisados foram: abóbora/moranga/jerimum, alho, amendoim em casca, arroz em casca, batata-inglesa, cebola, fava em grão, feijão preto em grão, feijão de cor em grão, feijão fradinho em grão, feijão verde, mamona, mandioca/aipim/macaxeira, melancia, melão, milho em grão, soja em grão, tomate rasteiro (industrial) e trigo e abacaxi.

Como o objetivo da pesquisa foi identificar como evoluiu a participação da agricultura familiar na produção de alimentos da lavoura permanente e temporária, a maioria dos dados é apresentada de forma comparativa entre o que é produzido na totalidade para cada cultura e como a tipologia familiar participou deste processo nos anos de 2006 e 2017.

3 MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA, AGRONEGÓCIO, AGRICULTURA FAMILIAR E PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

O Brasil possui um histórico agrário marcado por concentração fundiária, exclusão social e ausência de reforma agrária (Delgado, 2012; Ramos, 2014). O campo brasileiro também se caracteriza pela coexistência de dois modelos produtivos distintos: a agricultura familiar (pequenas propriedades, mão de obra familiar, foco na subsistência e mercados locais) e o agronegócio (grande escala, capital intensivo, tecnologia avançada e integração global) (Aquino, Gazolla e Schneider, 2018; Lopes et al., 2024). Contudo, essa dicotomia tem favorecido a expansão da grande propriedade em detrimento da agricultura familiar, reflexo de processos históricos e políticas que priorizaram uma modernização conservadora, marginalizando os produtores familiares.

Apesar de representar 77% dos estabelecimentos agropecuários e ocupar 67% da mão de obra no campo brasileiro, a agricultura familiar, historicamente esteve voltada à produção diversificada de alimentos

básicos e atendimento aos mercados locais desempenhando papel crucial no abastecimento alimentar. Contudo, é frequente a valorização das grandes propriedades voltadas à exportação em detrimento da agricultura familiar (Niederle e Wesz Jr, 2018). O agronegócio como retrato das grandes propriedades, compreende 23% dos estabelecimentos, concentra 77% da área total e 33% da mão de obra, focando-se principalmente na produção de commodities como soja, milho e cana-de-açúcar (Lopes et al., 2024).

Ademais da herança histórica de ciclos econômicos no campo brasileiro, a concentração da produção agrícola em 2025 revela que 92,6% deste volume está centrado em arroz, milho e soja, os quais ocupam 87,7% da área a ser colhida (IBGE, 2025b), é resultado de ações concretas implementadas ao longo do tempo. Dada a magnitude dessa concentração em apenas três culturas, torna-se crucial revisitar a trajetória histórica que culminou nessa realidade 'intencionalmente construída'.

A modernização da agropecuária brasileira, iniciada na década de 1960, promoveu transformações estruturais significativas. Entre 1965 e 1985, ocorreu uma "modernização conservadora", caracterizada pela integração técnica entre agricultura e indústria, com o Estado fornecendo crédito através do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), instituído pela Lei n. 4829/65 (Delgado, 2012). Este processo manteve a estrutura de grandes propriedades e a produção de monoculturas, coincidindo com a não implementação da reforma agrária (Pires e Ramos, 2009). A exclusão de sindicatos e representações de trabalhadores aprofundou desigualdades econômicas e consolidou uma heterogeneidade estrutural e produtiva, gerando disparidades tecnológicas entre produtores (Delgado, 2012).

A partir de meados da década de 1980 e durante os anos 1990, as políticas macroeconômicas brasileiras desarticularam a modernização conservadora, impulsionando uma transição para uma economia focada no agronegócio. Entre 1994 e 1999, houve um desmantelamento da política agrícola e comercial, e o regime cambial de semi paridade com o dólar prejudicou as exportações. Em 1998, diante da crise econômica, o governo alterou o regime cambial e recorreu a empréstimos do FMI em 1999, 2001 e 2003, aceitando suas condicionalidades (Delgado, 2012).

A crise cambial de 1999 marcou o início de um novo projeto de acumulação de capital no setor agrícola, denominado agronegócio (Delgado, 2012; Mendonça, 2018). A política de comércio exterior passou a priorizar a geração de superávits para cobrir o déficit da Conta Corrente, elevando os setores primário-exportadores a essa função. O fortalecimento do agronegócio como política estruturada abrangiu investimentos em infraestrutura territorial, direcionamento estratégico do sistema público de pesquisa agropecuária (Embrapa) para colaborar com empresas multinacionais, flexibilização da regulação do mercado de terras e reestabelecimento da oferta de crédito rural nos planos safra (Herédia, Palmeira e Leite, 2010; Delgado, 2012).

Na década de 2000, o cenário do comércio mundial impulsionou a expansão da produção e comercialização de commodities como carne bovina, frango, soja, milho e açúcar/álcool. Esses produtos foram cruciais para o aumento das exportações brasileiras, que quadruplicaram em valor entre 2000 e 2010 (Delgado, 2012). Nesse período, a economia brasileira experimentou uma reprimarização, tornando-se progressivamente dependente da exportação de commodities agrícolas e minerais (Delgado e Leite, 2024). Esse processo foi

sustentado por um acordo político entre o Estado e os setores dominantes do agronegócio, promovendo a maximização das exportações por meio de incentivos fiscais, creditícios e cambiais (Pompeia, 2021; Campos, 2023).

No Brasil, o agronegócio consolidou-se como um influente projeto político-econômico, amparado por instituições públicas e privadas e relações privilegiadas com o governo federal. A forte atuação da bancada ruralista no Congresso (Castilho, 2012), estratégias discursivas e campanhas publicitárias fomentam uma imagem positiva na sociedade (Pompeia, 2021; Bruno, 2022). Contudo, seu crescimento intensificou desigualdades e conflitos, impactando relações de trabalho e estruturas comunitárias, com consequências ambientais e sociais que exigem regulação eficaz (Bruno, 2022; Maciel, Troian e Oliveira, 2022).

Embora o agronegócio represente uma força econômica significativa no Brasil, representando 26,6% do PIB e impulsionando a balança comercial (Lopes et al., 2024), sua expansão territorial resulta na redução de áreas dedicadas a produção de alimentos básicos e culturas tradicionais, além de gerar impactos ambientais. Contrariando a narrativa de que contribui para a segurança alimentar (Gibson, 2024), o setor, com sua prioridade exportadora, tem afetado os preços internos e a diversidade da dieta, não solucionando o problema da fome. Enquanto políticas de incentivo à agricultura familiar foram cruciais para a saída do Brasil do Mapa da Fome da FAO em 2014 (Leite e Leite, 2022), a insegurança alimentar ressurgiu e se intensificou desde 2019, afetando 33 milhões de brasileiros em 2022 (Vigisan, 2022), demonstrando que a pujança do agronegócio coexiste com a persistência da fome.

Nas décadas de 1980 e 1990, uma ampla mobilização social, acadêmica e institucional no Brasil impulsionou o reconhecimento político e a valorização da agricultura familiar, superando a percepção limitada à subsistência e destacando sua relevância econômica e produtiva, conforme evidenciado por estudos como o "Novo Retrato da Agricultura Familiar" e Lamarche et al. (1993) (Guanziroli, Buainain e Di Sabbato, 2012; Sabourin, 2017). Essa pressão culminou na criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em 1996 e na sua definição legal pela Lei nº 11.326 de 2006, que estabeleceu critérios como tamanho do estabelecimento, predominância de mão de obra e gestão familiar (Guanziroli, Buainain e Di Sabbato, 2012; Sabourin, 2017; Maciel, Troian e Oliveira, 2022). Embora heterogênea e diversa, incluindo uma minoria integrada aos mercados de commodities, a agricultura familiar legalmente reconhecida passou a ter base para políticas específicas.

Entre o final da década de 1990 e 2015, a agricultura familiar foi fortalecida por diversas políticas públicas, incluindo o Pronaf, a Lei da Agricultura Familiar (11.326/2006), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Plano Safra da Agricultura Familiar, o Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA – segunda fase), o Programa de Crédito Fundiário, o Programa Territórios da Cidadania, o Programa Luz para Todos, o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), a Garantia Safra, o Pronater, o Programa de Regularização Fundiária. Essas iniciativas contribuíram significativamente para o desenvolvimento e a consolidação da agricultura familiar no Brasil (Mattei, 2014). No entanto, a partir de 2015 e especialmente até 2022, o desmantelamento dessas políticas

dificultou aos agricultores seguir mantendo sua produção, garantir segurança alimentar e acessar mercados consumidores (Leite e Leite, 2022).

Em 2017, a agricultura familiar constituía 77% dos estabelecimentos agropecuários e empregava 67% da mão de obra (10 milhões de trabalhadores), mantendo sua importância na produção de alimentos básicos como leite, feijão e mandioca em todo o Brasil (Valadares, 2022; Lopes et al., 2024). A comparação entre os censos de 2006 e 2017 revela uma diminuição no número de estabelecimentos, com a área total ocupada permanecendo estável, sugerindo um declínio mais expressivo em propriedades menores (até 50 hectares).

O uso da terra em estabelecimentos familiares apresentou alterações, com redução de áreas de lavouras temporárias e expansão de pastagens. Houve queda na produção de culturas tradicionais (feijão, arroz, mandioca) e aumento na de produtos regionais (açaí, cacau). Paralelamente, a agricultura familiar elevou a produção de soja, indicando comoditização. A menor produção de alimentos básicos gera preocupações sobre o abastecimento interno, dado o crescimento no Valor da Produção (VP) familiar de culturas comerciais como soja (76%) e trigo (33%), e as quedas em arroz (-63%), cana-de-açúcar (-54%) e mandioca (-19%) (Valadares, 2022).

Apesar de sua expressiva representatividade populacional no meio rural, a agricultura familiar brasileira enfrenta desafios significativos à sua sustentabilidade, incluindo o envelhecimento crescente de seus dirigentes e o risco de abandono do campo (Valadares, 2021). As políticas públicas, como o Pronaf, frequentemente tendem a favorecer os setores mais capitalizados, e a maior parte do crédito rural beneficia o agronegócio. Dada a heterogeneidade da agricultura familiar, tornam-se essenciais políticas mais regionalizadas e focalizadas, que reconheçam sua diversidade produtiva e combatam a concentração fundiária e a exclusão impostas pelo avanço do agronegócio (Lopes et al., 2024). Diferentemente de países desenvolvidos onde o apoio estatal à agricultura familiar gerou benefícios sociais, as políticas brasileiras têm historicamente priorizado a grande agricultura patronal, o que contribui para a dificuldade em estimular a permanência digna dos agricultores familiares no campo (Abramovay, 2007).

Diversos autores (Maciel, Troian e Oliveira, 2022; Lopes et al., 2024) enfatizam o potencial crucial da agricultura familiar brasileira na produção diversificada de alimentos básicos e regionais com menor dependência de insumos externos e agrotóxicos. Este setor distingue-se do agronegócio por sua capacidade de adotar práticas sustentáveis, como a agroecologia, que promovem a preservação da biodiversidade, geram trabalho, fortalecem mercados locais e contribuem diretamente para a segurança alimentar e nutricional. Apesar de sua importância para um sistema agroalimentar mais equilibrado e de sua capacidade de resiliência, a agricultura familiar enfrenta obstáculos devido à redução de políticas de apoio à produção, comercialização e assistência técnica. Para ampliar seu protagonismo e garantir um futuro alimentar sustentável, tornam-se essenciais políticas de soberania alimentar, fortalecimento da assistência técnica e extensão rural, recuperação de programas estratégicos como PAA e PNAE, e incentivos diretos à agroecologia e aos circuitos curtos de comercialização.

O agronegócio brasileiro consolidou uma posição de destaque no cenário econômico global, atraindo investimentos e estabelecendo o país como um dos principais exportadores de commodities. Contudo, este modelo exhibe limitações notáveis no que se refere à geração equitativa de trabalho e renda para a população

interna, à priorização da produção de alimentos essenciais para o consumo doméstico e aos impactos ambientais associados à sua expansão (Lopes et al., 2024). Essa especialização em produtos primários alinha-se a padrões observados em economias de base colonial, as quais tendem a apresentar maiores níveis de desigualdade de poder, capital e riqueza (Hartmann et al., 2017), um cenário que contrasta com a complexidade econômica associada à menor desigualdade de renda. Adicionalmente, a narrativa dominante no Brasil tem favorecido explicitamente o agronegócio em detrimento da agricultura familiar, marginalizando-a no debate político e econômico, um fenômeno intensificado na mídia sob o lema "tudo é agro" (Pompéia, 2021; Lopes et al., 2024; Toledo, Zonin e Kroth, 2024).

Essa prevalência narrativa e política do agronegócio reflete uma influência neoliberal que pauta o setor, integrando a agricultura familiar às cadeias produtivas sob a égide das demandas de mercado e de um Estado primordialmente regulador (Mendonça, 2018). Politicamente, o setor se apresenta como a solução tecnológica para a fome mundial, justificando sua expansão contínua com base em tecnologia e crescimento populacional. Entretanto, a persistência da insegurança alimentar no Brasil expõe os limites estruturais desse modelo agroexportador, que prioriza a produção de commodities para o mercado externo em detrimento da garantia do abastecimento interno de alimentos básicos.

A materialização desses limites estruturais manifesta-se na concentração de terras e recursos, na dependência externa da produção, na especulação financeira e na fragilidade das políticas de abastecimento interno, intensificando a disparidade entre o sucesso econômico do agronegócio e a insegurança alimentar da população. Para reverter este quadro, torna-se crucial reequilibrar as prioridades das políticas agrícolas nacionais, fortalecendo a agricultura familiar, diversificando os sistemas produtivos voltados ao consumo interno e retomando e ampliando políticas de segurança alimentar e nutricional que assegurem o acesso a alimentos saudáveis e acessíveis para todos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O levantamento sistemático da produção agrícola (LSPA) de março de 2025 (IBGE, 2025b) aponta para uma área a ser colhida de 81 milhões de hectares, sendo que a estimativa para as culturas de arroz, milho e soja é de que representem 92,6% do volume total produzido em 2025 e correspondam a 87,7% da área a ser colhida.

A análise dos dados do Levantamento Sistemático de Produção Agrícola (LSPA), revela uma intensificação na concentração da produção agrícola brasileira. Em março de 2006, a área colhida estimada era de 39 milhões de hectares, com soja e milho representando 80,5% do total (IBGE, 2025b). Em março de 2017, essa área expandiu para 60,7 milhões de hectares (aumento de 64,3%), com arroz, milho e soja concentrando 93,5% da produção e 87,7% da área colhida. Entre 2017 e 2025, essa concentração produtiva manteve-se estável, evidenciando uma alteração estrutural na agricultura brasileira que compromete a diversidade alimentar.

Esta concentração em commodities, cujos preços são definidos internacionalmente, restringe a oferta de outros alimentos ao reduzir áreas para culturas diversificadas, elevando preços e dificultando o acesso a uma alimentação variada. A agricultura familiar, tradicionalmente voltada à subsistência e mercados locais, enfrenta

desafios como acesso limitado à terra, dificuldades de comercialização e competição desigual, demandando estratégias de fortalecimento para assegurar sua contribuição à segurança alimentar nacional.

Com a intenção de aproximar o olhar sobre a evolução que estes produtores vêm vivenciando, nas próximas duas seções são apresentados resultados sobre como foi alterada a participação da agricultura familiar na quantidade produzida e área colhida de culturas de lavoura permanente e temporária. Os dados foram retirados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017, conforme detalhamento efetuado na seção da metodologia.

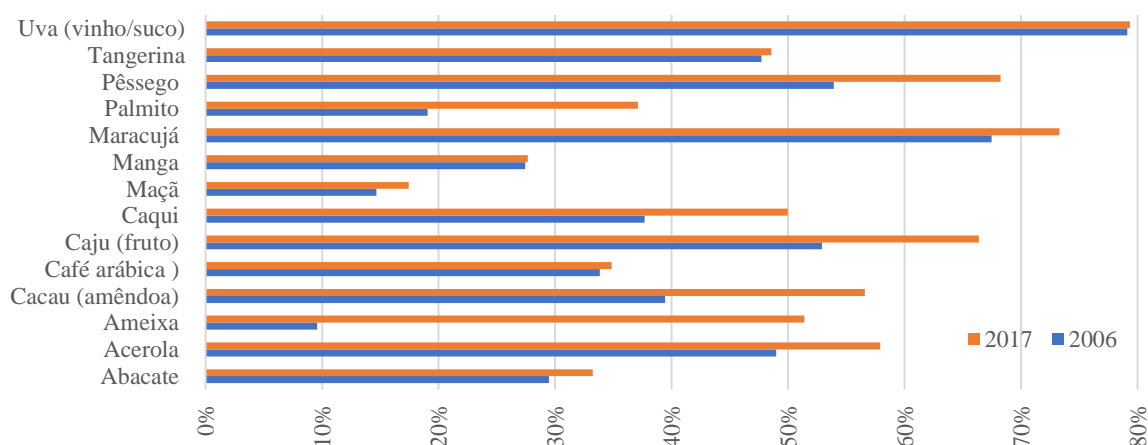
4.1 Lavouras Permanentes

Esta seção apresenta a participação da agricultura familiar na produção e área colhida de 27 culturas permanentes selecionadas conforme metodologia descrita. As lavouras permanentes, caracterizadas pelo cultivo de plantas perenes com longo ciclo vegetativo e produção plurianual sem necessidade de replantio, podem utilizar técnicas tradicionais, orgânicas ou transgênicas (IBGE, 2013).

No Brasil, a agricultura familiar dedica aproximadamente 7,7 milhões de hectares a estas culturas, destacando-se na produção de café, banana, laranja e frutas tropicais. Adicionalmente, muitos agricultores familiares empregam práticas sustentáveis, como sistemas agroflorestais e redução no uso de insumos químicos, contribuindo para a preservação ambiental e a diversificação produtiva (IBGE, 2025a).

A análise comparativa da produção de 27 culturas permanentes entre 2006 e 2017 permitiu determinar a participação percentual da agricultura familiar no total nacional para cada cultura. Os resultados gerais indicaram um cenário misto, com 14 culturas registrando aumento na proporção da quantidade produzida pela agricultura familiar ao longo do período, enquanto 13 apresentaram redução nesse mesmo indicador. O detalhamento das culturas nas quais a agricultura familiar expandiu sua participação no volume produzido é apresentado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – CULTURAS DE LAVOURA PERMANENTE NOS QUAIS EM 2017 A AGRICULTURA FAMILIAR TEVE MAIOR PARTICIPAÇÃO % NA QUANTIDADE PRODUZIDA EM RELAÇÃO A 2006 (BRASIL)



Fonte: Censos Agropecuários de 2006 e 2017 (IBGE, 2025a).

Naquelas culturas onde a participação da agricultura familiar aumentou (conforme Gráfico 1), observou-se em 2017 níveis elevados de contribuição para a produção nacional em produtos como uva (79,3%), maracujá (73,3%), caju (66,4%) e pêssego (68,2%). Entre as culturas com participação crescente, a maçã registrou a menor proporção em 2017 (17,4%). Nos produtos da ilustração o maior crescimento percentual da quantidade produzida foi de: palmito, ameixa, acerola, abacate, pêssego e maçã.

Em 2017, as maiores produções da agricultura familiar em lavouras permanentes foram de uva (vinho ou suco), café arábica em grão (verde) e tangerina/bergamota/mexerica (Tabela 1). Nos dois primeiros, houve aumento tanto no volume produzido quanto na participação percentual entre 2006 e 2017, enquanto no café arábica em grão (verde) ambos diminuíram. A produção de uva concentra-se principalmente no Sul, o café arábica no Sudeste e a tangerina/bergamota/mexerica no Sudeste e Sul.

Tabela 1 - PRODUTOS DE LAVOURA PERMANENTE NOS QUAIS EM 2017 AUMENTOU A PARTICIPAÇÃO (%) DA AGRICULTURA FAMILIAR NA QUANTIDADE PRODUZIDA (T) EM RELAÇÃO A 2006 (BRASIL)

Produtos	2006			2017			Saldo AF(t)	Variação % AF
	Total (t)	AF (t)	AF(%)	Total (t)	AF(t)	AF (%)		
Abacate	62.819	18.516	29,5	150.627	50.066	33,2	31.550	170,4
Acerola	24.451	11.973	49,0	60.966	35.296	57,9	23.323	194,8
Ameixa	56.309	5.393	9,6	45.614	23.439	51,4	18.046	334,6
Cacau (amêndoa)	199.172	78.560	39,4	159.856	90.481	56,6	11.921	15,2
Café arábica	1.949.695	659.527	33,8	1.880.438	655.188	34,8	-4.339	-0,7
Caju (fruto)	186.425	98.605	52,9	45.005	29.869	66,4	-68.736	-69,7
Caqui	56.027	21.111	37,7	65.480	32.724	50,0	11.613	55,0
Maçã	645.935	94.632	14,7	1.127.273	196.463	17,4	101.831	107,6
Manga	435.424	119.418	27,4	605.956	167.607	27,7	48.189	40,4
Maracujá	228.913	154.472	67,5	261.694	191.798	73,3	37.326	24,2
Palmito	35.102	6.691	19,1	93.653	34.742	37,1	28.051	419,2
Pêssego	85.045	45.854	53,9	136.924	93.437	68,2	47.583	103,8
Tangerina	355.127	169.410	47,7	437.290	212.393	48,6	42.983	25,4
Uva (vinho/suco)	576.195	455.821	79,1	831.187	659.480	79,3	203.659	44,7

Fonte: Censos Agropecuários de 2006 e 2017 (IBGE, 2025a).

Dos 14 produtos de lavoura permanente onde a agricultura familiar aumentou sua participação percentual na produção de 2017 em relação a 2006, dois apresentaram redução no volume produzido: café arábica (-0,7%) e caju (fruto) (-69,7%). Nos demais, houve crescimento na produção entre os anos analisados, com a agricultura familiar respondendo por metade ou mais da produção nacional em oito culturas: acerola, ameixa, cacau (amêndoa), caju (fruto), caqui, maracujá, pêssego e uva (suco ou vinho).

Regionalmente, a produção de acerola, maracujá e caju (fruto) concentra-se no Nordeste; uva (suco ou vinho) e pêssego no Sul; ameixa e caqui no Sudeste e Sul (com maior destaque no Sul para o caqui); e cacau (amêndoa) no Nordeste e Norte, com aumento percentual nesta última em 2017. O Centro-Oeste tem baixa

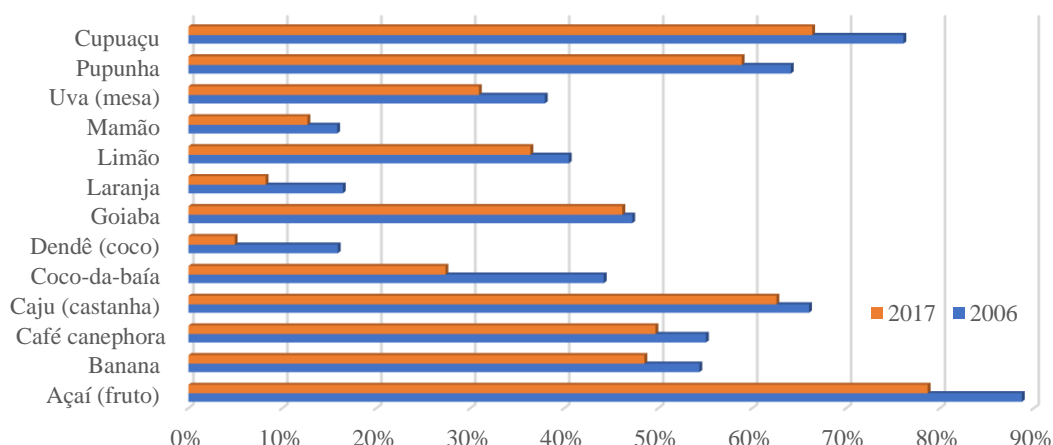
representatividade na produção dessas culturas, com participação minoritária em palmito, tangerina, maracujá e abacate.

Considerando a definição de agricultura familiar que abrange propriedades de até 4 módulos fiscais (variando de 20 a 440 hectares), a análise da área colhida de culturas permanentes em 2017 revelou a expressiva participação deste segmento. A agricultura familiar foi responsável por mais da metade da área total colhida em culturas como acerola, ameixa, cacau (amêndoa), maracujá, pêssego, tangerina e uva (vinho ou suco). As maiores extensões de área dedicadas pela agricultura familiar concentraram-se notadamente na produção de café arábica, cacau (amêndoa) e uva (vinho ou suco).

A comparação das áreas colhidas entre 2006 e 2017 demonstra dinâmicas variadas no uso da terra pela agricultura familiar. Enquanto a área destinada ao café arábica teve uma ligeira redução (-2,9%), culturas como cacau e uva (vinho ou suco) apresentaram expansão significativa (+42,7% e +1%, respectivamente). Além disso, houve aumento na área colhida em 2017 para diversas outras culturas importantes como abacate, acerola, ameixa, caqui, maçã, manga, maracujá, palmito, pêssego e tangerina, ao passo que a área dedicada ao caju (fruto) diminuiu.

Em relação às 14 culturas de lavoura permanente em que a agricultura familiar ampliou sua participação percentual na quantidade produzida em 2017 comparativamente a 2006, o acesso ao crédito rural (Pronaf) em 2006 destinou os maiores montantes para café (R\$ 2,6 bilhões), uva (R\$ 239,2 milhões) e maçã (R\$ 143,2 milhões)², financiando áreas de 1,1 milhão de hectares para café, 19,6 mil ha para uva e 16,1 mil ha para maçã. Em 2017, essas mesmas culturas lideraram em volume de financiamento, com café alcançando R\$ 8,4 bilhões, uva R\$ 662,3 milhões e maçã R\$ 432,3 milhões (valores correntes). No entanto, em termos de área financiada em 2017, as maiores extensões foram para café (667,1 mil ha), maracujá (553 mil ha) e cacau (72,6 mil ha).

Gráfico 2 – PRODUTOS DE LAVOURA PERMANENTE NOS QUAIS EM 2017 DIMINUIU A PARTICIPAÇÃO (%) DA AGRICULTURA FAMILIAR NA QUANTIDADE PRODUZIDA EM RELAÇÃO A 2006 (BRASIL)



² Valores atualizados até dezembro de 2017 com base no IPCA.

Fonte: Censos Agropecuários de 2006 e 2017 (IBGE, 2025a).

Apesar da diminuição da participação percentual da agricultura familiar na produção de 13 produtos (Gráfico 2), em 2017 ela foi responsável por metade ou mais do volume produzido de açaí (fruto), caju (castanha), pupunha e cupuaçu. Em termos absolutos, a produção da agricultura familiar diminuiu em apenas cinco desses produtos (banana, café canephora, caju, coco-da-baía e laranja), enquanto nos demais houve aumento no volume produzido entre 2006 e 2017, mesmo com a redução da participação percentual no total nacional (Tabela 2).

Tabela 2 - PRODUTOS DE LAVOURA PERMANENTE NOS QUAIS EM 2017 DIMINUIU A PARTICIPAÇÃO (%) DA AGRICULTURA FAMILIAR NA QUANTIDADE PRODUZIDA EM RELAÇÃO A 2006 (BRASIL)

Produtos	2006			2017			saldo AF (t)	Variação % AF
	Total (t)	AF (t)	AF (%)	Total (t)	AF (t)	AF (%)		
Açaí (fruto)	205.704	182.521	88,7	280.332	220.603	78,7	38.082	20,9
Banana	4.168.318	2.266.895	54,4	4.025.937	1.953.813	48,5	-313.082	-13,8
Café canephora	471.782	259.884	55,1	476.373	236.788	49,7	-23.096	-8,9
Caju (castanha)	169.401	111.897	66,1	51.278	32.094	62,6	-79.803	-71,3
Coco-da-Baía	867.763	383.614	44,2	920.155	251.763	27,4	-131.851	-34,4
Dendê(coco)	238.160	37.864	15,9	837.686	41.301	4,9	3.437	9,1
Goiaba	84.931	40.122	47,2	146.828	67.812	46,2	27.690	69,0
Laranja	12.175.593	2.001.553	16,4	13.298.769	1.092.658	8,2	-908.895	-45,4
Limão	362.668	146.841	40,5	612.546	222.952	36,4	76.111	51,8
Mamão	474.480	75.145	15,8	655.553	83.040	12,7	7.895	10,5
Uva (mesa)	252.697	95.852	37,9	334.198	103.341	30,9	7.489	7,8
Pupunha	4.852	3.111	64,1	8.873	5.225	58,9	2.114	68,0
Cupuaçu	8.580	6.530	76,1	21.240	14.101	66,4	7.571	115,9

Fonte: Censos Agropecuários de 2006 e 2017 (IBGE, 2025a).

Regionalmente, a produção de açaí, cupuaçu e pupunha concentra-se no Norte; caju (castanha) e coco-da-baía no Nordeste; café canephora e limão no Sudeste; goiaba e laranja no Sudeste e Nordeste (região que também expandiu a produção de uva de mesa, cultivada também no Sudeste e Sul); e banana no Nordeste, Sul e Sudeste. O Centro-Oeste aparece com baixa participação na produção de pupunha, mamão, limão, laranja, goiaba, café canephora e banana.

Em 2017, a agricultura familiar obteve as maiores produções em banana, laranja e café canephora, registrando-se redução tanto no volume total quanto na participação percentual para essas três culturas (tabela 2). As maiores retrações na produção da agricultura familiar entre os dois anos ocorreram em caju (castanha) e laranja, com quedas de 71,3% e 45,4%, respectivamente. Em contraste, houve crescimento expressivo na quantidade produzida de limão (51,8%), açaí (fruto) (20,9%) e uva de mesa (7,8%), alcançando volumes totais de 222,9 mil, 220,6 mil e 103,3 mil toneladas, respectivamente, em 2017. Apesar da menor participação nessas 13

culturas, a agricultura familiar ainda responde por mais da metade do volume produzido de açaí (fruto), caju (castanha), pupunha e cupuaçu.

Das 13 culturas analisadas, as maiores áreas colhidas pela agricultura familiar em 2017 foram de banana, café canephora, açaí (fruto) e caju (castanha). A área colhida de café canephora diminuiu 23,8% em relação a 2006, enquanto nas outras três houve expansão. A área de laranja também foi reduzida no período. As menores áreas colhidas pela agricultura familiar em 2017 foram de pupunha e mamão, ambas com aumento de área entre os dois anos. Na análise da participação percentual da agricultura familiar na área colhida dessas 13 culturas, a categoria ocupa metade ou mais da área de açaí (fruto), pupunha, cupuaçu, banana, café canephora, caju (castanha), limão e goiaba.

Analisando o acesso ao crédito rural (Pronaf) para essas culturas, em 2006 os maiores volumes de recursos foram destinados a café (R\$ 2,6 bilhões), laranja (R\$ 875,1 milhões) e uva (R\$ 239,2 milhões)³. As maiores áreas financiadas foram para café (1,1 milhão de hectares) e laranja (333,8 mil hectares), seguidas por banana e caju (27,6 mil e 26,9 mil hectares). Em 2017, café (R\$ 8,4 bilhões), laranja (R\$ 1,1 bilhão) e uva (R\$ 662,3 milhões) também lideraram em volume de recursos do Pronaf. Quanto à área financiada em 2017, as maiores extensões foram para café (667,1 mil ha), banana (301,3 mil ha) e laranja (146 mil ha), mantendo similaridade com os dados de 2006.

Em síntese, nas 27 culturas analisadas foi possível constatar que a agricultura familiar ampliou a participação e aumentou a produção de abacate, acerola, ameixa, cacau (amêndoa), caqui, maçã, manga, maracujá, palmito, pêssego, tangerina, uva(vinho/suco). Já na produção de café arábica e caju (fruto), apesar de ter aumentado a participação percentual houve redução na quantidade produzida.

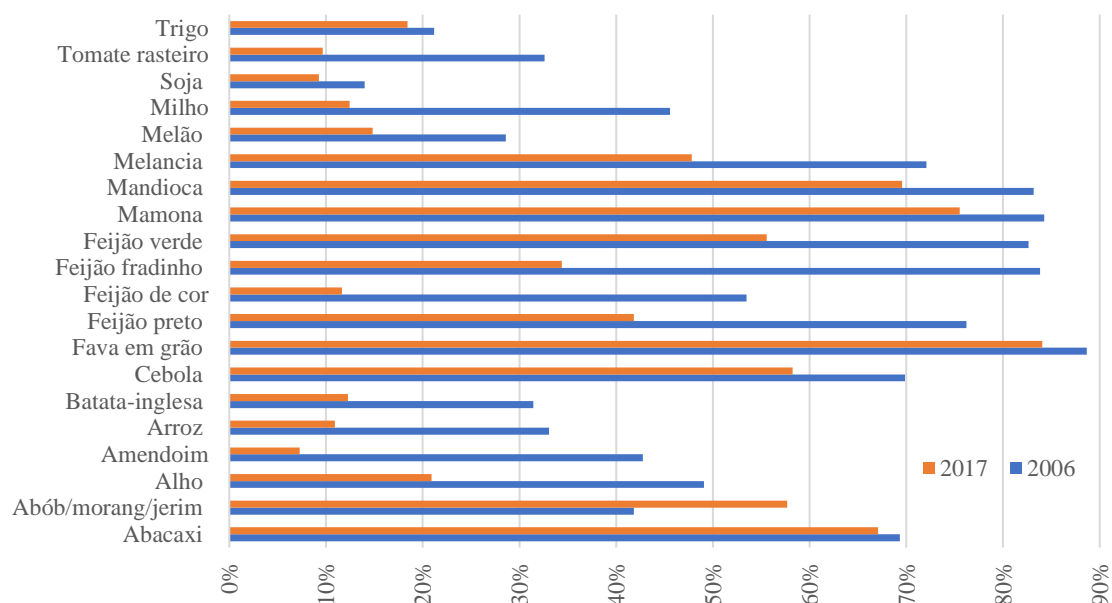
Dentre as lavouras nas quais a categoria familiar reduziu sua participação na produção é possível constatar que no açaí (fruto), dendê (coco), goiaba, limão, mamão, uva (mesa), pupunha e cupuaçu aumentou a quantidade produzida entre 2006 e 2017. Já nas culturas de banana, café (canephora), caju (castanha), coco-da-baía e laranja além de cair a participação também ocorreu retração no volume produzido.

4.2 Lavouras temporárias

As lavouras temporárias, caracterizadas pelo cultivo de plantas de curta ou média duração com ciclo vegetativo inferior a um ano, ocupam 15,5% da área total da agricultura familiar. Pequenos produtores têm um papel significativo na produção de mandioca, feijão, milho e hortaliças, além de arroz e algodão em algumas regiões, sendo essenciais para o abastecimento interno. Contudo, desafios como acesso limitado a crédito, assistência técnica e insumos modernos podem afetar sua produtividade e competitividade (IBGE, 2025a). A análise dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017, aplicando os critérios de exclusão da metodologia, resultou em 20 culturas temporárias analisadas. A agricultura familiar ampliou sua participação percentual na quantidade produzida em apenas uma cultura (abóbora/moranga/jerimum), enquanto nas outras 19 houve declínio (Gráfico 3).

³ Os valores monetários do crédito rural de 2006 foram atualizados até dezembro de 2017 pelo IPCA.

Gráfico 3 - PARTICIPAÇÃO (%) DA AGRICULTURA FAMILIAR NA QUANTIDADE PRODUZIDA DE CULTURAS DA LAVOURA TEMPORÁRIA NOS ANOS DE 2006 E 2017 PARA O BRASIL



Fonte: Censos Agropecuários de 2006 e 2017 (IBGE, 2025a).

Em 2017, a agricultura familiar demonstrou uma participação importante na produção nacional de diversas culturas temporárias, respondendo por metade ou mais do volume de abacaxi (67,1%), abóbora/moranga/jerimum (57,7%), cebola (58,3%), fava em grão (84,1%), feijão verde (55,6%), mamona (75,5%) e mandioca/aipim/macaxeira (69,6%) (Gráfico 3). Embora culturas chave como soja (9,3%), milho (12,5%) e arroz (10,9%) apresentassem menor participação percentual da agricultura familiar neste ano, e apesar da redução geral na participação percentual da agricultura familiar na produção da maioria das culturas temporárias analisadas, em relação a anos anteriores (com exceção da abóbora/moranga/jerimum), observou-se aumento no volume absoluto produzido por este segmento em abóbora/moranga/jerimum, abacaxi (+49,7%), trigo (+19,8%) e soja em grão (+82,1%) entre 2006 e 2017 (Tabela 3), indicando dinâmicas de produção complexas dentro do setor.

A Tabela 3 revela que em 2017 a agricultura familiar alcançou os maiores volumes de produção (em toneladas) nas lavouras temporárias de milho em grão (10,9 milhões), soja em grão (9,5 milhões), mandioca (4,5 milhões) e arroz em casca (1,2 milhão). Em termos de participação percentual no total nacional, esses volumes representam 12,5%, 9,3%, 69,6% e 10,9%, respectivamente. Apenas na produção de mandioca a agricultura familiar detém uma participação percentual expressiva. Entre essas quatro culturas, a agricultura familiar diminuiu a produção de milho, mandioca e arroz, e aumentou a produção de soja.

A análise da produção regional de lavouras temporárias em 2017 indica que o Sul concentra a maior produção de trigo, soja e milho. O Nordeste destaca-se na produção de melão, mamona, feijão verde, feijão

fradinho e fava. O Sul também predomina na produção de feijão preto, arroz e cebola, enquanto a batata-inglesa e o amendoim têm maior produção no Sudeste.

Tabela 3 - PRODUTOS DE LAVOURA TEMPORÁRIA E PARTICIPAÇÃO % NA QUANTIDADE PRODUZIDA ENTRE 2006 E 2017 NO BRASIL

Produtos	2006			2017			saldo AF (t)	variação AF (%)
	Total (t)	AF (t)	AF (%)	Total (t)	AF (t)	AF (%)		
Abacaxi ⁴	574.658	398.426	69,3	711.220	477.121	67,1	78.695	19,8
abóbora	384.912	161.066	41,8	417.839	241.074	57,7	80.008	49,7
Alho	45.842	22.498	49,1	99.413	20.775	20,9	-1.723	-7,7
Amendoim/casca	118.441	50.628	42,7	370.249	26.952	7,3	-23.676	-46,8
Arroz em casca	9.687.838	3.203.540	33,1	11.056.719	1.207.535	10,9	-1.996.005	-62,3
Batata-inglesa	1.081.329	339.904	31,4	1.996.145	244.849	12,3	-95.055	-28,0
Cebola	675.721	472.186	69,9	802.394	467.468	58,3	-4.718	-1,0
Fava/grão	44.825	39.741	88,7	21.109	17.745	84,1	-21.996	-55,3
Feijão preto/grão	671.833	512.000	76,2	393.710	164.708	41,8	-347.292	-67,8
Feijão (cor/grão)	1.279.557	684.504	53,5	1.292.645	150.392	11,6	-534.112	-78,0
Feijão fradinho/grão	1.136.692	952.829	83,8	458.069	157.550	34,4	-795.279	-83,5
Feijão verde	306.475	253.266	82,6	70.542	39.199	55,6	-214.067	-84,5
Mamona	61.835	52.111	84,3	12.134	9.163	75,5	-42.948	-82,4
Mandioca	11.912.629	9.906.903	83,2	6.559.289	4.562.821	69,6	-5.344.082	-53,9
Melancia	1.426.535	1.028.433	72,1	826.924	395.371	47,8	-633.062	-61,6
Melão	220.989	63.161	28,6	244.385	36.235	14,8	-26.926	-42,6
Milho em grão	41.427.610	18.872.504	45,6	88.099.622	10.972.012	12,5	-7.900.492	-41,9
Soja em grão	46.195.843	6.464.739	14,0	103.156.255	9.558.657	9,3	3.093.918	47,9
Tomate rasteiro	382.874	124.760	32,6	1.143.922	110.364	9,6	-14.396	-11,5
Trigo em grão	2.233.255	473.258	21,2	4.681.069	861.984	18,4	388.726	82,1

Fonte: Censos Agropecuários de 2006 e 2017 (IBGE, 2025a).

Entre as 20 culturas temporárias analisadas, a agricultura familiar em 2017 dedicou as maiores áreas colhidas a soja (2,8 milhões de hectares) e milho (2,7 milhões de hectares). No entanto, enquanto a área de soja cultivada pela agricultura familiar aumentou 4,2% entre 2006 e 2017, a área de milho apresentou uma retração significativa de 56,6% no mesmo período. Além da soja, a área colhida de trigo também expandiu, mas a maioria das demais culturas temporárias registrou redução de área. Essa diminuição na área e na quantidade produzida de diversos itens essenciais da cesta básica pela agricultura familiar sugere uma contribuição para a inflação dos preços dos alimentos, cenário agravado pela crescente participação de agricultores não familiares na produção de itens voltados ao mercado internacional, desviando o foco do abastecimento interno.

Analisando o acesso ao crédito rural (Pronaf) para as 20 culturas temporárias em 2006, os maiores volumes de recursos foram destinados a soja (R\$ 7,4 bilhões), milho (R\$ 6,1 bilhões), arroz (R\$ 1,6 bilhão) e trigo (R\$ 939,8 milhões)⁵. Essas culturas também apresentaram as maiores áreas financiadas, com 7,6 milhões de hectares para soja, 4,7 milhões para milho e 1 milhão de hectares para arroz e trigo cada. Em 2017, a ordem das

⁴ A quantidade produzida de abacaxi é informada em mil frutos e as demais em toneladas.

⁵ Os valores monetários do crédito rural de 2006 foram atualizados até dezembro de 2017 pelo IPCA.

três principais culturas em valores financiados se manteve, com soja (R\$ 31,9 bilhões), milho (R\$ 13,4 bilhões) e arroz (R\$ 4,8 bilhões) liderando. Quanto à área financiada, as maiores extensões foram para soja (13,7 milhões de hectares), milho (5,3 milhões de hectares) e trigo (1,1 milhão de hectares).

Nas 20 culturas temporárias analisadas a única em que aumentou a agricultura familiar ampliou a participação e a quantidade produzida foi de abóbora/moranga/jerimum. Já nas culturas de abacaxi, soja e trigo em grão, apesar de ter havido crescimento no volume produzido, a participação percentual caiu. Já nas culturas de alho, amendoim(casca), arroz (casca), batata-inglesa, cebola, fava (grão), feijão preto (grão), feijão de cor (grão), feijão fradinho(grão), feijão verde, mamona, mandioca, melancia, melão, milho (grão), tomate rasteiro além de reduzir a participação percentual também houve declínio na quantidade produzida entre 2006 e 2017.

Niederle e Wesz Jr (2018) apontam que políticas agrícolas, ao incentivarem a adoção de práticas do agronegócio (monoculturas, mecanização, uso intensivo de insumos) por parte da agricultura familiar, têm contribuído para a diminuição da diversidade produtiva e o aumento da dependência de grandes corporações, exemplificado pelo direcionamento de recursos do Pronaf para culturas como a soja. Em contrapartida, há setores da agricultura familiar defendem e implementam práticas sustentáveis e agroecológicas que promovem a diversidade, a preservação ambiental e a autonomia, reforçando seu papel crucial na segurança alimentar. Diante da acentuada diversidade e heterogeneidade de organizações sociais e demandas dentro da agricultura familiar, a pesquisa acadêmica e as políticas públicas de apoio devem considerar essa realidade, ajustando estratégias às necessidades específicas dos variados perfis de agricultores, conforme ressaltam Wanderley (2017) e Schneider e Cassol (2017).

Para fortalecer a agricultura familiar e reduzir sua vulnerabilidade às grandes cadeias agroalimentares, Stropasolas (2017) enfatiza a necessidade de investir significativamente na organização da produção e na construção de mercados próprios. Isso implica na democratização e ampliação dos recursos públicos voltados especificamente para atender às demandas da agricultura familiar, camponesa e tradicional. Um maior reconhecimento político e econômico deste setor é visto como fundamental para potencializar sua contribuição para a segurança alimentar e nutricional da população e para exercer um papel mais efetivo na regulação de preços dos alimentos

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da evolução da participação da agricultura familiar na produção de lavouras temporárias e permanentes no Brasil, com base nos Censos Agropecuários de 2006 e 2017, revela transformações estruturais significativas no campo brasileiro. Os resultados desta pesquisa evidenciam que, apesar da agricultura familiar representar 77% dos estabelecimentos agropecuários e ocupar 67% da mão de obra rural, sua participação na produção de culturas alimentares tradicionais tem diminuído progressivamente.

A formação política do agronegócio vem tentando convencer a sociedade de que "tudo é agro", e infelizmente, sob alguns aspectos, isto tem se tornado realidade. Observamos agricultores familiares produzindo cada vez mais soja nas lavouras temporárias, provavelmente atraídos pelos altos preços da cultura, pela certeza

de comercialização e por um sistema de crédito que favorece as culturas hegemônicas. Esta tendência de "comoditização" da agricultura familiar representa um risco para a diversidade produtiva e para a segurança alimentar nacional.

A concentração da produção agrícola brasileira em commodities como soja, milho e arroz, que representam 92,6% da estimativa de produção e 87,7% da área colhida em 2025, reflete o processo histórico de modernização conservadora da agricultura brasileira e a consolidação do agronegócio como modelo dominante. Este modelo, embora tenha posicionado o Brasil como um grande exportador de commodities agrícolas, tem contribuído para a redução da diversidade alimentar disponível à população e para o aumento dos preços dos alimentos básicos.

Os dados analisados demonstram que a agricultura familiar está sendo progressivamente incorporada à lógica produtiva do agronegócio, com consequências para sua identidade, autonomia e papel na produção de alimentos diversificados. Esta transformação ocorre em um contexto de desmantelamento de políticas públicas específicas para o setor, dificuldades de acesso ao crédito e à assistência técnica, e pressões do mercado global.

Para reverter esta tendência e fortalecer a capacidade da agricultura familiar de contribuir para a segurança alimentar nacional, são necessárias políticas públicas que reconheçam a heterogeneidade do setor e promovam: a) Incentivos específicos para a produção diversificada de alimentos, especialmente culturas alimentares tradicionais; b) Fortalecimento de mercados locais e circuitos curtos de comercialização; c) Ampliação do acesso ao crédito rural em condições adequadas às diferentes realidades da agricultura familiar; d) Investimento em assistência técnica orientada para práticas sustentáveis e agroecológicas; e) Valorização dos saberes tradicionais e da relação diferenciada dos agricultores familiares com a terra e as comunidades.

A pesquisa evidencia que o fortalecimento da agricultura familiar é essencial não apenas para garantir a produção de alimentos saudáveis e acessíveis, mas também para reduzir desigualdades sociais, promover o desenvolvimento rural sustentável e enfrentar os desafios das mudanças climáticas. Um sistema agroalimentar mais equilibrado e justo requer o reconhecimento da agricultura familiar como ator fundamental, distinto do agronegócio e com potencial para contribuir significativamente para a soberania alimentar do país.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Joacir Rufino de; GAZOLLA, Márcio; SCHNEIDER, Sergio. Dualismo no campo e desigualdades internas na agricultura familiar brasileira. **RESR**, Piracicaba-SP, vol. 56, nº 01, p. 123-142, jan./Mar.2018. Impressa em abril de 2018. <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790560108>

BIANCHINI, Valter; BAZOTTI, Angelita. Mudanças metodológicas e numéricas nos estabelecimentos familiares no Censo Agropecuário 2017 – Brasil e Paraná. **Revista Grifos** – Unochapecó. Edição vol. 31, número 57, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v31i57.6682>

BRUNO, Regina. O processo de construção da hegemonia do agronegócio no Brasil: recorrências históricas e habitus de classe. **Trabalho Necessário**. Vol. 20, nº 41, (jan-abr). 2022. <https://doi.org/10.22409/tn.v20i41.52566>.

CAMPOS, Arnaldo de. **O custo da soja para o Brasil: renúncias fiscais, subsídios e isenções da cadeia produtiva**. ACT/IDS/IDEC/ISPN/ÓSocioBio. (s.l.), 2023.

CASTILHO, A. L. **Partido da Terra: como os políticos conquistam o território brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2012, 239 p.

DATAFOLHA – Instituto de pesquisas. Avaliação de dois anos e quatro meses do presidente Lula. Pesquisa Nacional. Abril de 2025. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniao-e-sociedade/2025/04/nos-ultimos-meses-58-dos-brasileiros-reduziram-a-quantidade-de-alimentos-que-costumam-comprar.shtml>. Acesso em abril 2025.

DELGADO, Guilherme C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012. 144 p.

DELGADO, Guilherme C.; LEITE, Sérgio P. O agro é tudo? Pacto do agronegócio e reprimarização da economia - MST. **Le Monde Diplomatique Brasil**. 22 de julho de 2024.

DELGROSSI, Mauro Eduardo. **Algoritmo para delimitação da agricultura familiar no Censo Agropecuário 2017, visando a inclusão de variável no banco de dados do Censo, disponível para ampla consulta**. Brasília: FAO, SEAD, MAPA, Finatec, abril, 2019.

GIBSON, M.L. **O agronegócio brasileiro: em prol da (in)segurança alimentar mundial?** Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2024, 127 p.

GUANZIROLI, C.E.; BUAINAIN, A.M.; DI SABBATO, A. Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil: (1996 e 2006). **RESR**, Piracicaba – SP, Vol. 50, nº 2, p. 351-370, abr/jun 2012. Impressa em Maio de 2012. <https://doi.org/10.1590/S0103-20032012000200009>

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Rev. Econ. Sociol. Rural [impressa]**. 2015, vol.52, supl.1, pp. 109 a 130. <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600007>

HARTMANN, Dominik; GUEVARA, Miguel R.; JARA-FIGUEROA, Cristian; ARISTARÁN, Manuel; HIDALGO, César A. **Linking Economic Complexity, Institutions, and Income Inequality**. World Development Vol. 93, pp. 75-93, 2017. <http://dx.doi.org/10.1016/j.worlddev.2016.12.020>

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Manual técnico de uso da terra. 3ª ed. Rio de Janeiro, 2013. 171 p. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=281615>. Acesso em abr. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo agropecuário (2006 e 2017). Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/CA/A/Q>. Acesso em abril de 2025a.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola: estatística da produção agrícola. Março 2025. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=72415>. Acesso em abril 2025b.

LAMARCHE, Hughes (coord). **A agricultura familiar: comparação internacional. Volume I: Uma realidade Multiforme**. Tradução: de Angela Maria Naoko Tijiwa. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993.

LEITE, M. L. dos S.; LEITE, J.F. (In) segurança alimentar e agricultura familiar: políticas públicas como estratégia de superação da fome. **Revista Katálysis**. Florianópolis, v. 25, n. 3. P. 528-538, set.-dez. 2022. <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e86341>

LOPES, M.C.A.; COSTELLA, I.; SIGNOR, A.; FEIDEN, A.; AHLERT, A. Entre o “agro pop” e a agricultura familiar: um breve retrato do cenário agroalimentar brasileiro. Chapecó: Universidade Comunitária da Região de Chapecó. **Grifos**, ed. Vol. 33, núm. 61, 2024. P. 1-26. <https://doi.org/10.22295/grifos.v33i61.7169>

MACIEL, M.D. A.; TROIAN, A.; OLIVEIRA, S.V. de. Brasil do agro, país da fome: pensando estratégias para o desenvolvimento sustentável. **Espacio abierto**. Vol. 31, n.3 (julio-septiembre, 2022): 23-41.

MATTEI, Lauro. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza. V. 45. Suplemento especial, p. 83-91, out./dez., 2014. <https://doi.org/10.61673/ren.2014.500>

MENDONÇA, Maria Luisa. **Economia Política do Agronegócio**. São Paulo: Annablume Editora. 2018.

NIEDERLE, Paulo André; WESZ JUNIOR, Valdemar João. **As novas ordens alimentares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018. 432 p.

PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**. Volume 40, nº 03. Junho-setembro, 2009. <https://doi.org/10.61673/ren.2009.367>

POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. São Paulo: Elefante, 2021. 392 p.

RAMOS, P. Uma história sem fim: a persistência da questão agrária no Brasil contemporânea. IN: NAVARRO, Z.; BUAINAIN, A. M.; SILVEIRA, J. M. (Org.) **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília, DF: Embrapa, 2014, p. 655-694.

SABOURIN, Eric. Origens, evolução e institucionalização da política de agricultura familiar no Brasil. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S.M.P.P. **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017, 470 p.

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e implicações para políticas públicas. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S.M.P.P. **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017, 470 p.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. Tecendo os fios condutores de um debate: que desafios, perspectivas e proposições para as agriculturas de base familiar e camponesa do Brasil. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S.M.P.P. **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017, 470 p.

TOLEDO, E.N.B.; ZONIN, V.J.; KROTH, D.C. O avanço do discurso da agricultura única e a urgência de resignificação da agricultura familiar no Brasil. **Redes** (Santa Cruz do Sul, Online), v. 29, 2024. P. 1-22. <https://doi.org/10.17058/redes.v29i1.18310>

VALADARES, Alexandre Arbex. Perfil dos dirigentes de estabelecimentos da agricultura familiar: uma comparação entre os censos agropecuários 2006 e 2017. Brasília: **IPEA. Mercado de trabalho: conjuntura e análise**. Ano 27. Outubro de 2021.

VALADARES, Alexandre. O perfil na produção da agricultura familiar entre os censos agropecuários de 2006 e 2017: um panorama e sinais de mudança. In: SANTOS, G.R.; SILVA, R.P. (Org.). **Agricultura e Diversidades: trajetórias, desafios regionais e políticas públicas no Brasil**. Volume 1. Brasília: IPEA. Rio de Janeiro, 2022.

VIGISAN (2022). **II Inquérito Nacional sobre insegurança alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil** (livro eletrônico). II Vigisan: relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN – São Paulo/SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN.

WANDERLEY, M. de N. B. "Franja periférica", "pobres do campo", "camponeses": dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S.M.P.P. **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017, 470 p.